

**AUMENTO DO SALÁRIO  
MÍNIMO, PRODUTIVIDADE,  
INFLAÇÃO, DESEMPREGO  
E INFORMALIDADE:  
QUEBRANDO ALGUNS MITOS**

*NOTA ESPECIAL 2*

# Introdução

Este trabalho tem o objetivo de checar os três principais argumentos contrários ao aumento real continuado (acima da inflação) do salário mínimo.

Esses argumentos, sempre alardeados pelos economistas conservadores (neoclássicos, neoliberais), podem ser assim enunciados:

- Aumentos reais do salário mínimo acima da taxa de crescimento da produtividade da economia geram inflação;
- Aumentos reais do salário mínimo acima da taxa de crescimento da produtividade da economia geram desemprego;
- Aumentos reais do salário mínimo acima da taxa de crescimento da produtividade da economia estimulam a informalidade no mercado de trabalho.

As seções seguintes tratam desses argumentos, à luz do que de fato aconteceu com o salário mínimo brasileiro, entre abril de 2002 (último reajuste do SM pelo governo Fernando Henrique Cardoso) e 2019 (último ano da política de valorização do salário mínimo).

- ➔ A conclusão é que, entre 2003 e 2019, o aumento real do salário mínimo (78,61% acima da inflação) foi bem superior ao aumento da produtividade da economia (24,94%) e foi alcançado com inflação controlada e decrescente, redução do desemprego e redução da informalidade.

## A evolução do salário mínimo e da produtividade nacional, entre 2003 e 2019

Tomando como base de comparação o valor em abril de 2002 (último reajuste do governo Fernando Henrique Cardoso), foi a seguinte evolução do salário mínimo, de abril de 2003 até janeiro de 2019, data do último reajuste pela política de valorização do salário mínimo:

**TABELA 1**  
**EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO (2003-2019)**

Datas de reajuste do Salário Mínimo	Salário Mínimo (R\$)	Reajuste Nominal do SM (%)	INPC-IBGE desde o reajuste anterior (%)	Aumento Real do SM (%)
Abril de 2002	200,00	----	----	----
Abril de 2003	240,00	20,00	18,54	1,23
Mai de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Mai de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,11
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	4,04
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510,00	9,68	3,45	6,02
Janeiro de 2011	545,00	6,86	6,47	0,37
Janeiro de 2012	622,00	14,13	6,08	7,59
Janeiro de 2013	678,00	9,00	6,20	2,64
Janeiro de 2014	724,00	6,78	5,56	1,16
Janeiro de 2015	788,00	8,84	6,23	2,46
Janeiro de 2016	880,00	11,68	11,28	0,36
Janeiro de 2017	937,00	6,48	6,58	-0,10
Janeiro de 2018	954,00	1,81	2,07	-0,25
Janeiro de 2019	998,00	4,61	3,43	1,14
<b>Acumulado no período</b>	<b>-</b>	<b>399,00</b>	<b>179,38</b>	<b>78,61</b>

Fonte: DIEESE

- Observa-se que o salário mínimo foi reajustado em 399%, entre abril de 2002 (base de comparação) e janeiro de 2019, período em que a inflação, medida pelo INPC-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) foi de 179,38%. Com isso, o aumento real do SM, ou seja, o aumento do seu poder aquisitivo, foi de 78,61%.

Se, nos primeiros anos da Tabela 1, entre abril de 2003 e abril de 2006, já no primeiro governo Lula, os reajustes foram fixados sem que houvesse um critério predefinido, a partir do reajuste de abril de 2007 foi aplicado o critério de reajuste pelo INPC-IBGE desde o reajuste anterior, acrescido de um aumento real igual ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) do país, de dois anos antes. Esse critério foi acertado em negociação entre as Centrais Sindicais e o governo Lula, ainda no final de 2006, durante a IV Marcha a Brasília, organizada pelo movimento sindical brasileiro. Ficou acertada, também, a antecipação gradual do mês do reajuste do SM, até que se firmasse em janeiro de cada ano, a partir de 2010.

Adotado informalmente entre abril de 2007 e janeiro de 2011, o critério INPC desde o reajuste anterior + PIB de dois anos antes foi definido na Lei 12.382/2011, para reajuste do salário mínimo de janeiro de 2012 a janeiro de 2015. Esse critério foi prorrogado pela Lei 13.152/2015, para vigorar por mais quatro anos, para os reajustes de janeiro de 2016 a janeiro de 2019.

Analogamente ao definido na Lei 12.382/2011, o Poder Executivo deveria enviar ao Congresso Nacional, até o final de 2019, um projeto de lei definindo o critério a ser adotado nos reajustes de janeiro de 2020 a janeiro de 2023. Mas esse projeto não foi elaborado pelo então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). A política de valorização do salário mínimo, portanto, não foi mais aplicada nos reajustes de janeiro de 2020 a janeiro de 2023. Os valores do SM nesse período foram definidos, praticamente sem qualquer aumento real.

Quanto à produtividade do país, ela costuma ser medida pela evolução do Produto Interno Bruto por habitante do país (PIB *per capita*).

A Tabela 2, a seguir, traz a variação anual do PIB *per capita* brasileiro, entre 2003 e 2019.

**TABELA 2 – EVOLUÇÃO DO PIB REAL PER CAPITA - BRASIL - 2003-2019**

ANO	EVOLUÇÃO DO PIB REAL PER CAPITA	ANO	EVOLUÇÃO DO PIB REAL PER CAPITA
2002	Ano-base	2011	3,1%
2003	-0,1%	2012	1,0%
2004	4,5%	2013	2,1%
2005	2,0%	2014	-0,3%
2006	2,8%	2015	-4,4%
2007	5,0%	2016	-4,1%
2008	4,0%	2017	0,5%
2009	-1,1%	2018	1,0%
2010	6,5%	2019	0,6%
<b>Acumulado de 2003 a 2019: 24,94%</b>			

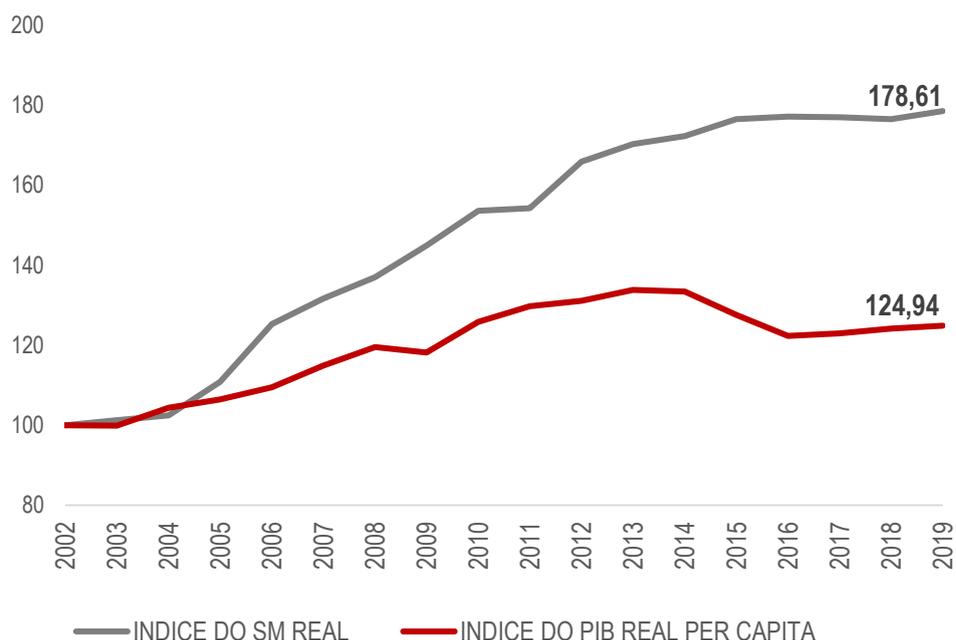
Fonte: IBGE  
Elaboração: DIEESE

Como se vê, diante do crescimento constante – embora modesto - da população brasileira, entre 2003 e 2019, e do comportamento bastante irregular da atividade econômica nesse período, o PIB *per capita* teve queda em quatro anos: pequenas quedas em 2003 (-0,1%) e 2014 (-0,3%) e quedas muito acentuadas em 2015 (-4,4%) e 2016 (-4,1%), em função da recessão ocorrida nesses dois anos. Com isso, a taxa média anual de crescimento do PIB *per capita* foi de apenas 1,32%, totalizando 24,94% no período completo.

Nesse período de 2003 a 2019, portanto, enquanto o salário mínimo cresceu 78,61%, em termos reais (portanto, acima da inflação), a produtividade – medida pelo PIB *per capita* – aumentou apenas 24,94%, pressionada para baixo nos anos de recessão ou estagnação do PIB (2003, 2009, 2014, 2015 e 2016).

A comparação entre a evolução do salário mínimo real e da produtividade, medida pelo PIB real *per capita*, está mostrada no Gráfico 1:

**GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL E DA PRODUTIVIDADE (PIB PER CAPITA) - BRASIL - 2003-2019**



Fonte: Ipeadata

Elaboração: DIEESE

Nota: Para o SM, considerou-se a base 100 em abril de 2002 e para o PIB per capita, o ano de 2002

➔ Vê-se, portanto, que a taxa de crescimento do salário mínimo real (78,61%) foi muito superior à taxa de crescimento da produtividade nacional (24,94%), entre 2003 e 2019.

## AUMENTO REAL DO SALÁRIO MÍNIMO E INFLAÇÃO

No período compreendido entre abril de 2002 e dezembro de 2018 (período considerado para os reajustes do SM entre abril/2003 e janeiro/2019), a inflação brasileira, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE), teve a seguinte evolução:

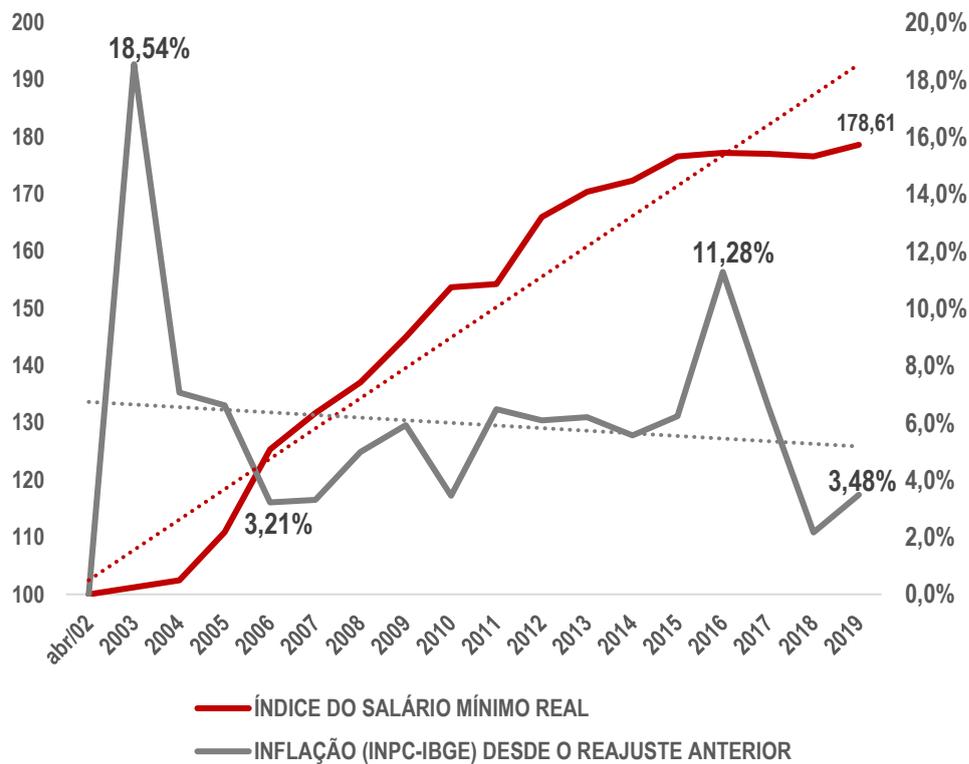
**TABELA 3 – INFLAÇÃO NO BRASIL (INPC-IBGE)  
ABRIL DE 2002 A DEZEMBRO DE 2018**

PERÍODO	INPC-IBGE	PERÍODO	INPC-IBGE
Abr/02 a mar/03	18,54%	Jan/11 a dez/11	6,08%
Abr/03 a abr/04	7,06%	Jan/12 a dez/12	6,20%
Mai/04 a abr/05	6,61%	Jan/13 a dez/13	5,56%
Mai/05 a mar/06	3,21%	Jan/14 a dez/14	6,23%
Abr/06 a mar/07	3,30%	Jan/15 a dez/15	11,28%
Abr/07 a fev/08	4,98%	Jan/16 a dez/16	6,58%
Mar/08 a jan/09	5,92%	Jan/17 a dez/17	2,07%
Fev/09 a dez/09	3,45%	Jan/18 a dez/18	3,43%
Jan/10 a dez/10	6,47%		

Fonte: IBGE  
Elaboração: DIEESE

O Gráfico 2, a seguir, com dois eixos verticais, mostra a evolução do salário mínimo real e do INPC-IBGE, nos períodos considerados para os reajustes. O índice do salário mínimo real refere-se ao eixo vertical esquerdo, enquanto a taxa de inflação (INPC-IBGE) refere-se ao eixo vertical direito (descrita em porcentagem).

GRÁFICO 2 - SALÁRIO MÍNIMO REAL E INFLAÇÃO (INPC) ENTRE OS REAJUSTES DO SM



Fonte: IBGE. Elaboração: DIEESE

- ➔ Analisando-se as “linhas de tendência” (linhas pontilhadas) dos dois indicadores, nota-se que o salário mínimo real cresceu em praticamente todo o período, enquanto a taxa de inflação entre os reajustes do SM, medida pelo INPC-IBGE, apresenta tendência decrescente, quando considerado o período como um todo.

## AUMENTO REAL DO SALÁRIO MÍNIMO E DESEMPREGO

O comportamento da taxa de desemprego total na Região Metropolitana de São Paulo, entre 2002 e 2018, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE/Fundação Seade, pode ser considerado uma aproximação (*proxy*, na linguagem dos economistas) do que ocorreu no mercado de trabalho brasileiro. Os dados estão na Tabela 4.

**TABELA 4 - TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL  
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 2002-2018**

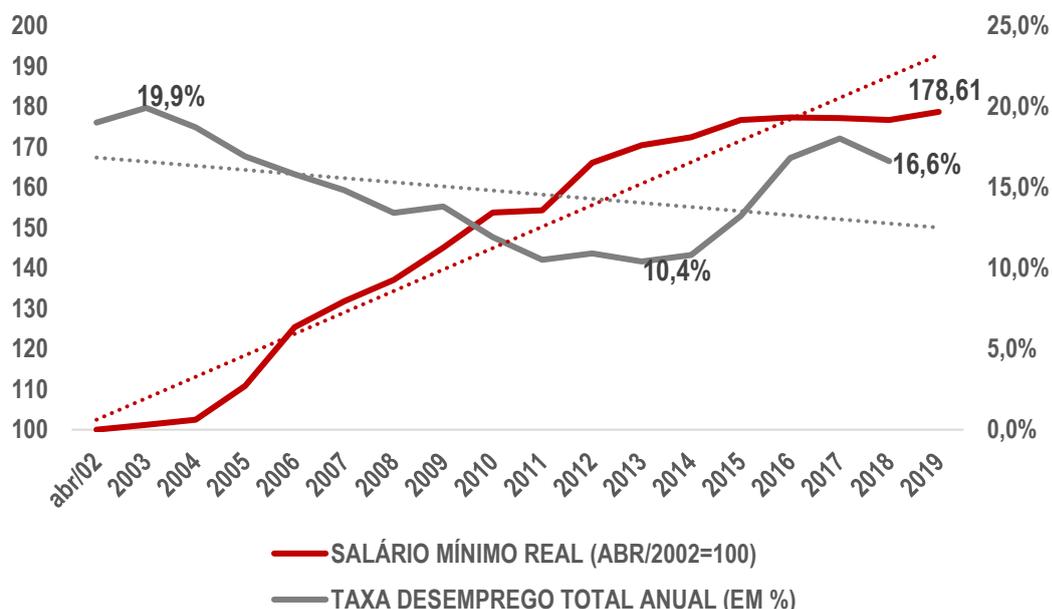
ANO	TAXA DE DESEMPREGO TOTAL ANUAL (%)	ANO	TAXA DE DESEMPREGO TOTAL ANUAL (%)	ANO	TAXA DE DESEMPREGO TOTAL ANUAL (%)
2002	19,0	2008	13,4	2014	10,8
2003	19,9	2009	13,8	2015	13,2
2004	18,7	2010	11,9	2016	16,8
2005	16,9	2011	10,5	2017	18,0
2006	15,8	2012	10,9	2018	16,6
2007	14,8	2013	10,4	2019	N.D.

Fonte: DIEESE/Seade. Pesquisa de Emprego e Desemprego

Observa-se que a taxa de desemprego total na Região Metropolitana de São Paulo atinge o valor máximo, em 2003 (19,9%). A partir daí, inicia uma trajetória de queda praticamente ininterrupta até 2013, quando alcança 10,4% da população economicamente ativa (PEA). O desemprego só volta a se acelerar em 2015 (13,2%), 2016 (16,8%) e 2017 (18,0%), em um cenário de estagnação da economia, em 2014 (PIB de +0,5%), e de grande recessão, em 2015 (PIB de -3,55%) e 2016 (PIB de -3,28%).

O Gráfico 3, com dois eixos verticais, a seguir, compara a evolução do salário mínimo real (entre 2003 e 2019), referenciado no eixo vertical esquerdo, e a evolução das taxas de desemprego total na Região Metropolitana de São Paulo (entre 2002 e 2018), em porcentagem da população economicamente ativa, referenciada no eixo vertical direito.

**GRÁFICO 3 - SALÁRIO MÍNIMO REAL E TAXA DE DESEMPREGO TOTAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 2002-2019**



Fonte: DIEESE/Seade. Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMSP

➔ Analisando-se as “linhas de tendência” (linhas pontilhadas) dos dois indicadores, vê-se que o salário mínimo real cresceu em praticamente todo o período entre 2003 e 2019, acumulando alta de 78,61%, enquanto a taxa de desemprego total apresenta tendência decrescente, quando considerado o período como um todo (mesmo com o crescimento nos anos finais da série).

## SALÁRIO MÍNIMO REAL E TAXA DE INFORMALIDADE

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-IBGE), fonte dos dados sobre informalidade no mercado de trabalho brasileiro, foi interrompida em 2011. Em seu lugar, foi criada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC-IBGE). Por esse motivo, a análise da evolução da taxa de Informalidade no período 2002-2019 não permite o encadeamento perfeito das duas séries, que serão analisadas, portanto, em tabelas e gráficos distintos.

A Tabela 5 e o Gráfico 4, a seguir, mostram a evolução da taxa de informalidade no mercado de trabalho brasileiro, no período 2002-2011.

**TABELA 5 – TAXA DE INFORMALIDADE NO BRASIL  
2002-2011**

ANO	TAXA DE INFORMALIDADE
2002	51,5%
2003	50,3%
2004	50,4%
2005	49,6%
2006	48,5%
2007	47,0%
2008	45,9%
2009	45,0%
2010	n.d.
2011	40,7%

Fonte: IBGE. Pnad. Elaboração: DIEESE

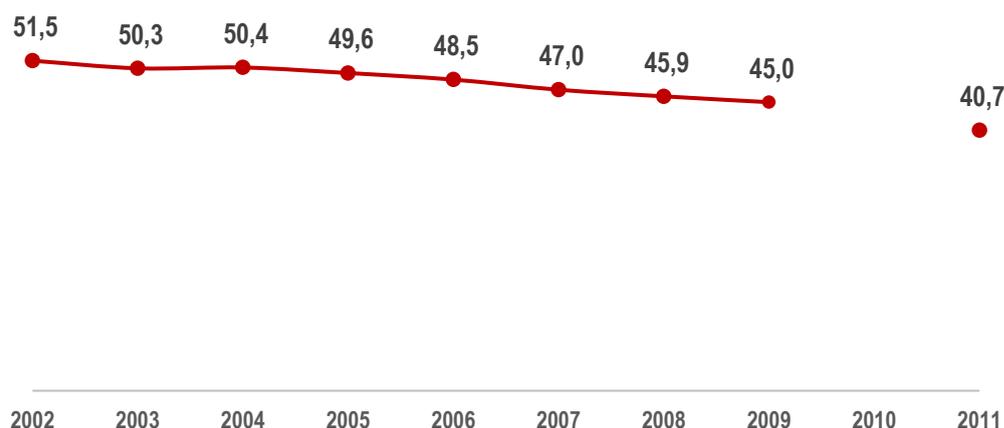
Nota: não há dados para o ano de 2010, porque a antiga Pnad, que era anual, não era realizada nos anos em que foram feitos os Censos do IBGE

Obs. Foram considerados informais os trabalhadores com 14 anos ou mais assalariados sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira e trabalhadores por conta própria que não contribuíam para a Previdência. Para esse cálculo, não estão incluídos os empregadores, os trabalhadores para o autoconsumo, para a autoconstrução, e os trabalhadores sem rendimentos

- Os dados da Tabela 5 mostram queda praticamente ininterrupta da taxa de informalidade no mercado de trabalho brasileiro, entre 2002 e 2011. Partindo de 51,5%, em 2002, o indicador chega a 40,7%, em 2011.

Os mesmos dados do período são apresentados no Gráfico 4, a seguir:

**GRÁFICO 4 – TAXA DE INFORMALIDADE NO BRASIL - 2002-2011**



Fonte: IBGE. Pnad

Nota: não há dados para o ano de 2010, porque a antiga Pnad, que era anual, não era realizada nos anos em que foram feitos os Censos do IBGE

Obs. Foram considerados informais os trabalhadores com 14 anos ou mais assalariados sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira e trabalhadores por conta própria que não contribuíam para a Previdência. Para esse cálculo, não estão incluídos os empregadores, os trabalhadores para o autoconsumo, para a autoconstrução, e os trabalhadores sem rendimentos

A Tabela 6, a seguir, mostra a taxa de informalidade no período 2012-2019, a partir dos dados da Pnad Contínua, para o 4º trimestre de cada ano:

**TABELA 6 – TAXA DE INFORMALIDADE NO BRASIL  
2012-2019**

<b>ANO</b>	<b>TAXA DE INFORMALIDADE</b>
<b>4T-2012</b>	<b>39,3%</b>
<b>4T-2013</b>	<b>38,5%</b>
<b>4T-2014</b>	<b>37,5%</b>
<b>4T-2015</b>	<b>37,2%</b>
<b>4T-2016</b>	<b>37,8%</b>
<b>4T-2017</b>	<b>39,8%</b>
<b>4T-2018</b>	<b>40,2%</b>
<b>4T-2019</b>	<b>40,8%</b>

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

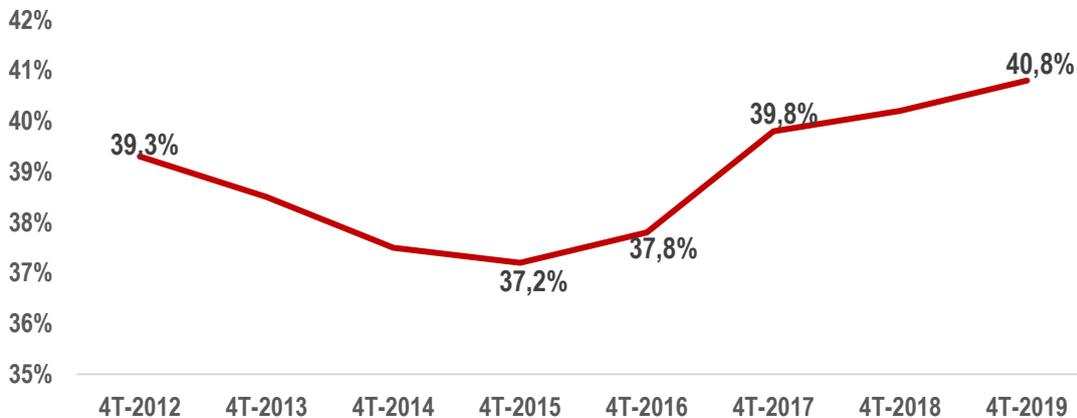
Obs. Foram considerados informais os trabalhadores com 14 anos ou mais assalariados sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira e trabalhadores por conta própria que não contribuíam para a Previdência. Para esse cálculo, não estão incluídos os empregadores, os trabalhadores para o autoconsumo, para a autoconstrução, e os trabalhadores sem rendimentos

No período de 2012 a 2019, há um comportamento não linear da taxa de informalidade, medida no 4º trimestre de cada ano. De 2012 a 2015, observa-se uma queda ininterrupta da taxa de informalidade, que passa de 39,3% da População Ocupada, no 4º trimestre de 2012, para 37,2% no 4º trimestre de 2015.

Esse comportamento se inverte, a partir do 4º trimestre de 2016 (37,8%), com a taxa de informalidade atingindo 40,8%, no 4º trimestre de 2019, um pouco acima da taxa do 4º trimestre de 2012. Esse recrudescimento da informalidade guarda relação direta com a recessão de 2015-2016 e, muito provavelmente, com as modificações introduzidas pela reforma trabalhista de novembro de 2017.

Os mesmos dados do período 2012-2019 são apresentados no Gráfico 5, a seguir.

**GRÁFICO 5 - TAXA DE INFORMALIDADE NO BRASIL  
2012-2019 (4º TRIMESTRE DE CADA ANO)**



Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Elaboração: DIEESE

Obs. Foram considerados informais os trabalhadores com 14 anos ou mais assalariados sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira e trabalhadores por conta própria que não contribuíam para a Previdência. Para esse cálculo, não estão incluídos os empregadores, os trabalhadores para o autoconsumo, para a autoconstrução, e os trabalhadores sem rendimentos

- Assim, mesmo não sendo possível o encadeamento perfeito das taxas de informalidade antes e a partir de 2012, é nítida uma tendência de queda até o final de 2015 (em plena vigência da política de valorização do salário mínimo), só revertida nos últimos anos da série, a partir de 2016, num cenário de forte recessão e posterior estagnação econômica, bem como de implantação da reforma trabalhista de novembro de 2017.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados nas tabelas e gráficos deste estudo mostram, com clareza, que os reajustes aplicados ao salário mínimo, de abril de 2003, até janeiro de 2019, resultaram em um aumento expressivo do seu poder aquisitivo, de 78,61%, e foi acompanhada de tendências decrescentes nas taxas de inflação, desemprego e informalidade.

- Esse resultado indica êxito significativo na política de valorização do salário mínimo, desmistificando as principais ressalvas a ela, alardeadas pelos economistas conservadores.



**Escritório Nacional:** Rua Aurora, 957 – 1º andar  
CEP 05001-900 São Paulo, SP  
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394  
E-mail: [en@dieese.org.br](mailto:en@dieese.org.br)  
[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

**Presidente** - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

**Vice-presidente** - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP

**Secretário Nacional** - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

**Diretor Executivo** - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo** – José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

**Diretor Executivo** - Gabriel César Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

**Diretora Executiva** - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretora Executiva** - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretora Executiva** - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo** - Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

**Diretor Executivo** - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

**Diretora Executiva** - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

**Diretor Executivo** – Carlos Andreu Ortiz

CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

#### **Direção Técnica**

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

